

POLÍTICAS NACIONAIS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ESPANHA

National policy for integration of ICT: a comparative study between Brazil and Spain

José GOMES DA SILVA
Universidade Tiradentes. Brasil
Correo-e: serginhoneb@hotmail.com

Maria Neide SOBRAL
Universidade Federal de Sergipe. Brasil
Correo-e: neidesoral@hotmail.com

Recepción: 2 de agosto de 2016
Envío a informantes: 27 de noviembre de 2016
Aceptación definitiva: 28 de mayo de 2017

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo comparado entre as políticas educativas nacionais para integração das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na escola da educação básica, no Brasil e na Espanha, analisando possíveis convergências e divergências nos objetivos apresentados por essas políticas. O recorte temporal foi compreendido entre 1997 e 2010, período que corresponde ao início dessas políticas e o lançamento das novas políticas transnacionais para integração das TIC. A abordagem da investigação é predominantemente qualitativa e quanto ao procedimento é descritiva e documental, através do método do estudo comparado. As fontes consultadas foram: leis, resoluções, regulamentos, decretos, marcos normativos, informes oficiais, comunicações oficiais e relatórios técnicos. Neste sentido, em linhas gerais, verificamos que estas políticas buscam a qualidade da educação, alinhadas pela lógica do mercado, com elementos constitutivos das recomendações dos organismos internacionais, direcionados para o desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico, legitimando assim o discurso hegemônico da globalização.

PALAVRAS CHAVE: Políticas nacionais; TIC; estudo comparado.

ABSTRACT: This article aims to present the results of a comparative study of national educative policies for integration of information and communication technologies (ICT) used in basic education schools in Brazil and Spain. In general terms, this article intends to examine possible convergences and divergences in objectives presented by these policies. The time frame was between 1997 and 2010, when these policies and the launch of

new transnational policies for ICT integration began. The research has a qualitative approach and a descriptive and documentary procedure, through the comparative study method. The sources were laws, resolutions, regulations, decrees, regulatory guidelines, official informs, official communications and technical reports. So, on the whole, we ascertained that these policies seek an educational quality, aligned by the market logic, with constitutive elements of the recommendations of international organisations, and they are directed to the technological development and economic growth, thus legitimizing the hegemonic discourse of globalization.

KEY WORDS: National policies; ICT; comparative study.

1. Introdução

A INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA tem sido considerada como prioridade pelo Brasil e pela Espanha, levando ao desenvolvimento de políticas educativas nacionais em ambos os países, com a percepção de que as TIC podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, assim como, favorecer o crescimento econômico. Essas políticas têm sofrido ações na sua formulação por parte das recomendações dos organismos políticos internacionais, tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Europeia e Conselho da União Europeia.

Tratando sobre essa questão, Canário (2006) destaca o papel desempenhado por esses organismos na regulação transnacional da educação, sinalizando que através do processo de cooperação técnica no sistema globalizado, esses operam sugerindo ou impondo, de modo uniformizado, diagnósticos, técnicas e soluções.

Considerando a complexidade da regulação das políticas educativas nacionais para a integração das TIC, Azevedo (2007) sinaliza que é fundamental considerar nesse processo a regulação a nível transnacional e nacional, sendo necessário buscar o equilíbrio do sistema educativo através de ações, coordenação, controle, avaliação e correção e, por outro lado, considerando também a regulação sociocomunitária local através da participação cidadã.

Nesse sentido, buscamos apresentar os resultados de um estudo comparado entre as políticas educativas nacionais para integração das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na escola da educação básica, no contexto do Brasil e da Espanha, analisando possíveis convergências e divergências nos objetivos apresentados por essas políticas.

Compreendemos que os objetivos carregam em si a essência dessas políticas, desvelando assim as suas diferentes interfaces, portanto, insurge desse fato a importância do estudo investigativo comparado desses objetivos. O recorte temporal foi compreendido entre 1997 e 2010, período que corresponde ao início das políticas educativas nacionais para integração das TIC, e o lançamento das novas políticas transnacionais para integração das TIC, responsáveis por nortear as próximas políticas educativas a nível nacional nos dois países, a saber: Estratégia Europa 2020 da União Europeia e o Projeto Metas Educativas 2021 da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

A abordagem da investigação é predominantemente qualitativa e quanto ao procedimento é de natureza descritiva e documental, através do método do estudo

comparado. Ao opção pelo método do estudo comparado, permitiu descrever e analisar os objetivos das políticas educativas nacionais para integração das TIC, através do recorte temporal delimitado, apesar das especificidades históricas, econômicas, sociais e educativas dos países estudados, possibilitando assim, identificar aspectos convergentes e divergentes no processo de integração das TIC na escola.

Comparar também nos leva a considerar semelhanças e, de forma mais importante, considerar diferenças. Evidências oriundas de comparações podem trazer benefícios, desconstituindo certezas construídas ao longo da história, com vista a propor novos esclarecimentos, aperfeiçoamentos, correções e, assim, oferecer um atendimento qualificado disso que esperamos que se consolide [...] (Bittencourt, 2011: 26).

Buscamos nas contribuições do referencial teórico utilizado o respaldo para a comparação entre as políticas educativas nacionais para integração das TIC, em contextos particulares, com suas especificidades, no qual a metodologia adequada tornou a investigação possível e viável.

[...] os estudos comparados comparam não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de análise uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe. Em síntese, a comparação, mesmo nos estudos comparados, é um meio, não um fim, um meio que possibilita a construção de um campo de estudos articulador de seus pontos comuns de análise, como uma unidade diversificada que desentranhe a inter-relação entre os níveis globais, nacional e local, o que permitirá não só compreender as condições de construção das propostas locais alternativas existentes em alguns países, como também enriquecer as categorias de análise necessárias para a apreensão dos processos de decodificação das ações [...] (Krawczyk e Vieira, 2003: 126).

A Educação Comparada tem em seu delineamento como ciência, contornos direcionados para a investigação internacional, buscando contribuir com o desenvolvimento nesse âmbito, no qual sua natureza investigativa se vincula principalmente ao estudo dos sistemas educativos. Os estudos elaborados são instrumentos relevantes e utilizados para o desenho de políticas educativas em nível nacional e internacional, através da regulação transnacional.

Nessa direção, com a metodologia escolhida, buscamos através do prisma da educação comparada, gerar conhecimentos sobre a temática numa perspectiva internacional, a partir dos resultados obtidos sobre a realidade das políticas educativas nacionais para integração das TIC na escola de educação básica no Brasil e na Espanha. Com isso, os resultados obtidos nos permitiram evidenciar as convergências e também as divergências dessas políticas nos dois cenários educativos.

Compreendemos que a realidade é demasiado complexa e subjetiva, dependendo assim dos aspectos sócio históricos. Portanto, a Educação Comparada deve interpretar e analisar fatos, procurando entender as suas causas, tendo em conta neste processo os aspectos sociais e históricos.

Sobral (2013: 174) tratando sobre os aspectos históricos relacionados à Educação Comparada, assinala que «a comparação se revelava, assim, como um experimento capaz de evidenciar contrapontos entre situações, ações, relações, processos de diferentes realidades».

As fontes selecionadas para a investigação foram: leis, resoluções, regulamentos, decretos, marcos normativos, pareceres oficiais, informes oficiais, comunicações oficiais e relatórios técnicos. Como técnica de coleta de dados utilizamos a análise documental. No desenho metodológico, optamos pela construção de mapas conceituais para organização e análise dos dados que junto aos fundamentos teóricos, nos ajudaram a evidenciar a presença de convergências e divergências entre os objetivos das políticas educativas nacionais para integração das TIC em ambos os países.

A seleção dos países, Brasil e Espanha, encontra-se dentro de alguns critérios motivacionais. Sendo o primeiro critério relacionado à metodologia, pois, a comparação nos permitiu conhecer o objeto de estudo desde a perspectiva internacional, possibilitando uma visão abrangente, que evita segundo Badie, Hermet (1993: 37) a «permanência da visão etnocêntrica ou, de forma inversa, a visão universalista, com a qual é difícil construir políticas apropriadas para as nações».

O segundo critério se relaciona com o anterior, relacionado às diferenças existentes entre os países. A Espanha, como parte da União Europeia, desenvolve suas políticas educativas dentro do marco referencial do bloco, recebendo benefícios e apoio através das considerações legais e acordos estabelecidos. Assim, as políticas educativas para integração das TIC na escola no contexto espanhol estão desenhadas dentro do Marco Europeu, visando à introdução do bloco na sociedade da informação, possuindo assim o respaldo e suporte da União Europeia para o desenvolvimento de suas políticas.

O Brasil, por sua vez, busca desenvolver suas políticas educativas para integração das TIC com base na perspectiva internacional, porém não há uma regulação específica do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) relacionada à integração das TIC na escola. O bloco trata sobre a integração a sociedade da informação, porém não versa sobre as especificidades da educação. Dessa forma, no Brasil nesse processo de integração das TIC tem sido considerado as estratégias apresentadas pela UNESCO.

O último critério para seleção dos países é de ordem pessoal, a partir de um sentimento que ultrapassa a ideia de pertencermos somente a uma localidade, mas sim, o de uma «identidade e consciência terrana» (Morin, 2011: 66), que nos leva a sentir a responsabilidade e ao mesmo tempo o prazer em contribuir com o conhecimento na área acadêmica para ambos os países: Brasil e Espanha, os quais convergiram para nossa formação humana e acadêmica. Deste modo, procuramos olhar as políticas educativas para a integração das TIC desde prismas diferentes, considerando e respeitando a diversidade dos dois países e tentando construir um trabalho menos «determinista e simplista das diferenças» (Bittencourt, 2011: 27).

Esse artigo foi organizado da seguinte forma. Inicialmente apresentamos a introdução do trabalho, com as primeiras discussões, indicando o objetivo e a abordagem metodológica adotada. Em seguida, tratamos sobre conceitos e tipos de políticas educativas e o seu processo de formulação. Em sequência, descrevemos o percurso das políticas educativas nacionais para integração das TIC na escola no Brasil e na Espanha, percorrendo sobre os objetivos que apresentam essas políticas. Na continuação, apresentamos a análise comparada entre os objetivos das políticas educativas nacionais para integração das TIC. Por último, apresentamos as considerações finais a respeito do processo de integração das TIC a partir da análise comparada.

2. Políticas educativas: delineando conceitos e o processo de formulação

Partindo do campo da etimologia, Wolff (1999) afirma que o termo política é derivado do grego antigo *politeía*, que indicava todos os procedimentos relativos à *pólis*, ou cidade-estado. Com isso, após o entendimento da etimologia da palavra, refletimos sobre política a partir do sentido filosófico de Aristóteles (1998), que define política como a ciência que tem por objeto a felicidade humana, dividindo-se em ética, que se preocupa com a felicidade individual do homem na *pólis* e na política propriamente dita, que se preocupa com a felicidade coletiva da *pólis*.

Neste sentido, a filosofia de Nussbaum (1990) se aproxima do pensamento aristotélico ao defender uma política com uma visão comunitária, contribuindo para a compreensão da ética e da política no mundo contemporânea. A autora desenvolve sua filosofia através de um liberalismo político nearistotélico, partindo da seguinte interrogação: «¿Cómo podemos vivir de la mejor forma y vivir juntos como seres sociales?» (Nussbaum 1990: 173).

Miller (1989: 518) define política como «un proceso por el que un grupo de personas, cuyas opiniones o intereses son en principio divergentes, toman decisiones colectivas que, por regla general, se consideran obligatorias para el grupo y se ejecutan de común acuerdo».

Dentro dessa perspectiva, as políticas educativas, como políticas públicas para a área da educação, especificamente àquelas direcionadas para a integração das TIC, localizam-se dentro de um contexto que é denominado por Santaella (2010) de cultura digital, no qual a chegada do computador na esfera da escola vem configurar o primeiro momento de reflexão sobre o desenvolvimento dessas políticas.

Segundo Maués (2006) as políticas educativas vigentes estariam assentadas em princípios, diretrizes e pressupostos que traduzem a opção de sociedade, de educação e de ser humano, adotadas pelo governo, as quais refletem as determinações oriundas de organismos internacionais que apontam a necessidade de ajustar a educação às reformas do Estado. Nesta perspectiva a autora nos alerta que no processo de compreensão das políticas educativas devemos jogar importante considerar a diferenciação que existe entre política, programas e práticas.

Por esse ângulo, *as políticas* se definem como um «conjunto de directrices sobre asignación de recursos en determinados niveles de la educación y los focos u orientaciones prioritarias que las caracterizan»; *os programas*, como «el despliegue particular de una política, cómo se desarrolla en contextos particulares con una población determinada mediante actividades y materiales»; e *as prácticas*, como «las interacciones profesionales específicas que ocurren dentro de un programa, concretado en la enseñanza a grupos de estudiantes» (Mark, Greene e Shaw, 2006: 4).

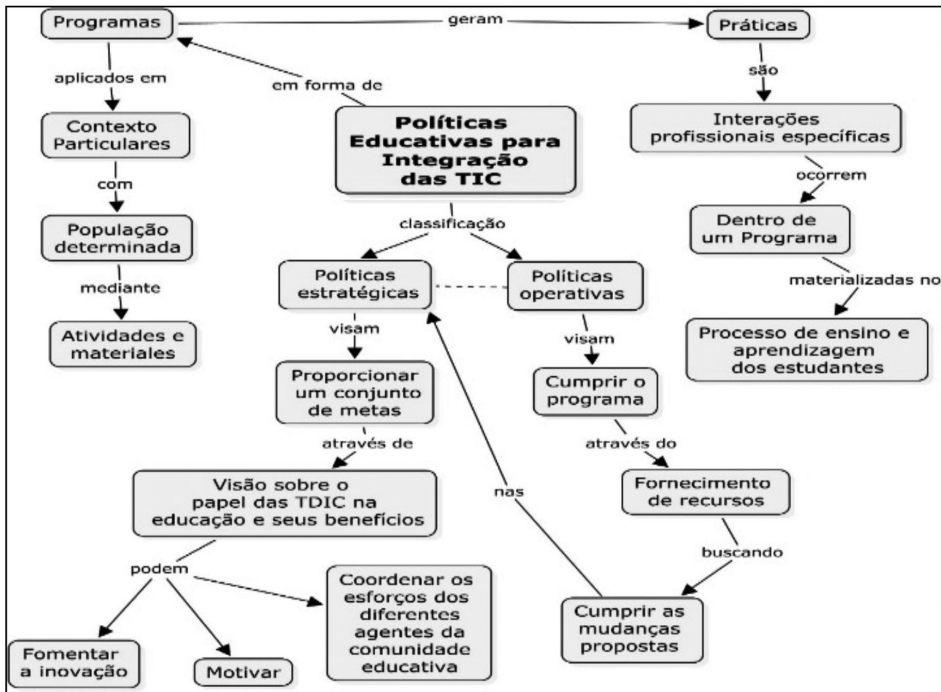
Com isso, as políticas educativas que podem ser aplicadas no sentido de integração das TIC de acordo com Valverde, Garrido e Sosa (2009: 101), seriam de dois tipos, a saber: *as políticas estratégicas* – «que tratan de proporcionar un conjunto de metas y una visión acerca del papel de las tecnologías en los procesos educativos y sus potenciales beneficios».

Para os autores esse tipo de política quando são bem definidas, podem motivar, fomentar a inovação e coordenar os esforços dos diferentes agentes da comunidade educativa implicados no processo de integração das TIC. Por outro lado, estariam *as políticas operativas* – «que establecen los programas y proporcionan recursos

(fundamentalmente equipamiento técnico) para hacer posibles los cambios de las políticas estratégicas» (Valverde *et al.*, 2009: 101).

Segundo Valverde *et al.* (2009), quando não existe uma estratégia fundamentada para guiar o processo de integração das TIC na educação, então a política educativa é unicamente operativa, se convertendo em uma política «técnico-centrica», promovendo a aquisição de equipamentos.

Um exemplo seria uma política para a formação dos professores, como usuários das ferramentas tecnológicas, porém sem explicitar o proposito educativo de tal formação dentro do contexto da sociedade da informação, apenas fornecendo as ferramentas tecnológicas. Neste sentido, construímos através do Mapa conceitual 1, a representação de um processo de integração das TIC através das políticas educativas baseado na concepção de Mark, Greene e Shaw (2006) e Valverde *et al.* (2009).



MAPA CONCEITUAL 1: *Esquema para Integração das TIC (Autor da investigação, 2016 – com base nos dados coletados).*

Para chegar até às escolas, a política passam por um processo de formulação, perpassando por diferentes instâncias e processos até a sua criação e implementação. Assim, surgem de um «fato político e passa a ser uma ação de intervenção numa dada realidade. Mas para que ela se materialize, percorre uma trajetória onde pode sofrer modificações até chegar à operacionalização da ação para a qual foi pensada» (Teixeira, 2009: 38).

Essa trajetória é denominado de processo «burocrático», que envolve, em primeira instância, a ação de «técnicos responsáveis por transformar as políticas públicas

em projetos de intervenção na realidade social com medidas administrativas ou com investimentos» (Boneti, 2007: 68).

Tratando sobre política pública, Silva (2000) identifica sete possíveis fases em seu processo de implementação, a saber: reconhecimento de assuntos, formulação de problemas, identificação das necessidades, fixação de objetivos, consideração de opções, intervenção e avaliação das consequências. A autora afirma que existe um consenso entre a literatura da área que para analisar uma política, faz-se necessário examinar «as agências formadoras de políticas, as regras para tomada de decisão, as inter-relações entre as agências e os formuladores, bem como os agentes externos que influenciam o seguimento das decisões» (Silva, 2000: 35).

3. Políticas educativas nacionais para integração das TIC na escola: Brasil e Espanha

No Brasil e na Espanha a trajetória das políticas educativas nacionais para integração das TIC nasce da necessidade de inserção dos países na chamada sociedade da informação. Portanto, na área da educação, essas políticas são responsáveis por regulamentar, orientar e traçar diretrizes para a formulação de programas e práticas pedagógicas.

O Brasil, divergente da Espanha, não possui um marco internacional em nível de bloco econômico (MERCOSUL)¹, que trace diretrizes para o processo de integração das TIC na escola e nem uma política nacional, como Plano de Ação que envolva de forma articulada os diferentes setores da sociedade em direção à sociedade da informação, mas sim, uma política educativa direcionada especificamente para a educação.

Nessa perspectiva, com base no recorte temporal, temos no Brasil o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) com início em 1997, que buscou através do seu objetivo central a disseminação do uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal, mediante a incorporação adequada dessas pelas escolas. Os objetivos específicos buscam melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, com a criação de uma nova ecologia cognitiva informacional e uma educação para uma cidadania global na sociedade tecnologicamente desenvolvida.

Em 2007 surgiu o Programa Nacional de Tecnologia Educativa, conhecido como PROINFO Integrado, com o objetivo principal de promover o uso pedagógico das TIC nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino nas áreas urbanas e rurais. Os objetivos específicos desse programa busca a melhoria do processo de ensino-aprendizagem com o uso das TIC, capacitação dos agentes educacionais, inclusão digital com acesso à internet, preparação para o mercado por meios do uso das TIC e produção de conteúdos digitais.

¹ A constituição do MERCOSUL se dá em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção (TA), como projeto político na internacionalização da economia, visando o fortalecimento de relações regionais e internacionais. Fazem parte do bloco cinco países, a saber: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, no qual a proposta seria a integração gradual de outros países da América do Sul. Informações consultas na página web oficial do Mercosul: <http://www.mercosur.int/>.

O PROINFO Integrado buscou a implementação de mecanismos para intensificar e ampliar o seu alcance, através da integração de todos os programas em um mesmo planejamento coletivo, considerando a interligação existente entre todos. Nessa perspectiva, com o Programa TV Escola, objetivou o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino.

Ainda na questão da formação do professor, temos o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, visando contribuir para a formação continuada de professores para a utilização pedagógica das diferentes tecnologias. Os cursos de formação são oferecidos na modalidade online através do e-PROINFO, software público, desenvolvido pela Secretária de Educação a Distância (SEED) e licenciado por meio da GPL-GNU - Licença Pública Geral. É importante destacar que o e-PROINFO tem representado a proposta de acessibilidade² na internet, voltada para pessoas com deficiências, idosos, com a disponibilização de leitores de tela e acesso móvel.

Nesse marco, foram disponibilizados computadores para cada aluno, professor e gestor de escola, provendo infraestrutura de acesso à internet nas escolas com o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), visando preparar educadores para o uso dessas tecnologias através dos Programas: Um computador pro aluno (UCA) e do seu sucessor Programa Um Computador por Aluno (PROUCA).

Na Espanha, os marcos para a integração das TIC na escola, estão dentro de uma política nacional que abrange outros setores da sociedade e do marco da União Europeia³ (bloco que o país faz parte), em direção à sociedade da informação, divergente do Brasil, no qual o bloco econômico que faz parte, o MERCOSUL, não apresenta uma regulamentação específica, voltando-se para a economia digital.

Com base no recorte temporal, temos o Info XXI (2000), como Plano de Ação para uma sociedade da informação para todos, com objetivos direcionados para a melhoria do acesso e uso de infraestruturas e redes de conexão, desenvolvimento e difusão de conteúdo de qualidade para todos os níveis educativos, integração das TIC nos modelos pedagógicos da escola e a formação dos professores. Na área educacional apresentou o Programa Internet en la Escuela (IEE), visando impulsionar a utilização das TIC no sistema educativo, conectando e equipando com hardware e software as escolas e proporcionando formação adequada aos professores.

Em seguida temos o España.es (2005) que substituiu o Info XXI, também voltado para a construção de uma sociedade da informação para todos, considerando que as TIC são fundamentais para a melhoria da qualidade da educação, devendo ser prioridade para o governo. O España.es apresentou para a educação o Programa Educación.es, o qual visava garantir que todas as crianças e jovens das escolas estivessem perfeitamente familiarizados com a internet e com uma formação que lhes permitisse

² Informações consultadas na página web: <http://eproinfo.mec.gov.br/eproinfo/recursos/acessibilidade/index.jsp>.

³ Em fevereiro de 1992 foi assinado o Tratado da União Europeia que substituiu o Tratado anterior, denominado de Ata Única Europeia. Em seguida, em 1993, foi concluído o Mercado Único. Atualmente 28 países fazem parte da União Europeia, a saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia. Existe também uma lista de países candidatos à espera da adesão, a saber: Albânia, Antiga República Jugoslava da Macedônia, Montenegro, Sérvia, Turquia, Bósnia e Herzegovina e Kosovo. Informações consultadas na página web oficial da União Europeia: europa.eu/index.

o desenvolvimento de qualificações técnicas, necessárias para à sociedade da informação e para o mercado de trabalho, visando também a formação dos professores e garantir infraestrutura e equipamento necessários para a integração das TIC.

Substituindo o *España.es*, temos o *Avanza I*, que buscou definir medidas concretas, agrupando as políticas públicas de investigação, desenvolvimento e inovação (I + D + I) no referente à sociedade da informação. Na área da educação desenvolveu-se o Programa *Internet en el Aula (IEA)*, o qual visava ampliar o uso das novas tecnologias para o sistema educativo, oferecendo uma infraestrutura tecnológica com cobertura de 100% das escolas, incluindo a banda larga e equipamento multimídia, assim como a aquisição de computadores com preços populares para famílias com filhos em idade escolar, formação dos professores e também visando estender a internet para as famílias.

Na questão de acessibilidade, o *Avanza I* desenvolveu a estratégia *Avanza Inclusión*, visando garantir a inclusão de todos na sociedade da informação, com ênfase em pessoas com deficiência, idosos e o fomento da igualdade de gênero na sociedade da informação através da estratégia *Avanza Igualdad*.

Dentro no recorte temporal estabelecido, temos o *Avanza II*, com objetivo de contribuir para a mudança do modelo econômico da Espanha, diante do contexto de crise econômica global, buscando através das TIC impulsionar a competitividade e produtividade, favorecendo a igualdade de oportunidades, com uma economia mais dinâmica e busca de um crescimento sustentável. Na área educacional apresentou o Programa *Escuela 2.0*, com o propósito de acelerar a incorporação das TIC nas práticas dos professores, proporcionado recursos TIC para os centros e notebooks especificamente para os estudantes e professores, possibilitando o acesso à internet nos domicílios, promovendo formação dos professores, atentando para aspectos técnicos, metodológicos e sociais no processo de integração das TIC na prática docente.

Tratando sobre a importância da formação dos professores, discussão presente nas políticas educativas para integração das TIC em ambos países, *García-Valcárcel y Pozo (2016: 70)* apontam que as «competencias digitales o competencias TIC (Tecnologías de la Información y Comunicación) se han convertido en una competencia fundamental de los maestros en la sociedad digital en la que nos encontramos».

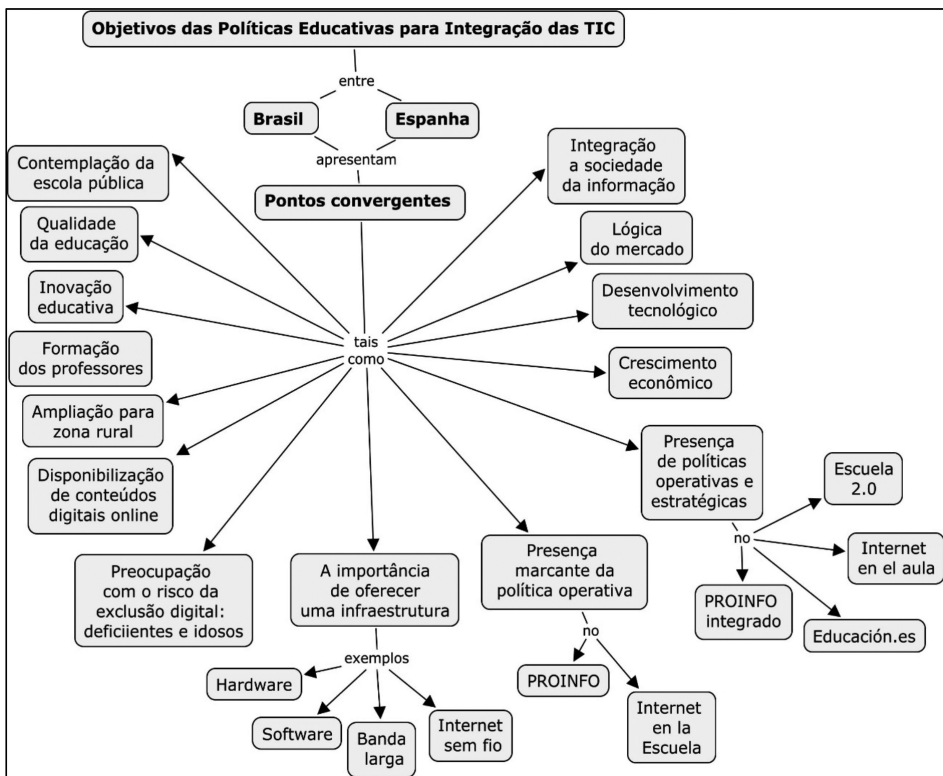
Para as autoras é necessário a revisão e implantação de um currículo nos cursos de graduação de professores que busque desenvolver concretamente as competências relacionadas às TIC, tanto em seu fazer profissional e especificamente nas práticas em sala de aula. Nesse sentido, *García-Valcárcel y Pozo (2016: 70)* destacam que «esta competencia resulta necesaria para seguir desarrollando sus habilidades docentes de manera permanente (in service) que le permitan construir su yo docente e irse adaptando a las nuevas necesidades y desafíos del ámbito educativo».

Por último, é importante aludir que na atualidade na Espanha temos o Programa *Educación 3.0* e uma diversidade de programas desenvolvidos a nível de Comunidade Autónoma com base na política nacional para integração das TIC. No Brasil segue o *Proinfo Integrado* através dos seus diversos programas que estão alinhados a sua estrutura enquanto política educativa para integração das TIC em parceria com os Núcleos de Tecnologia Educacional Estadual (NTE) e Núcleos de Tecnologia Educacional Municipal (NTM), assim como outros programas a nível estadual e municipal. Os quais nesse estudo não foram objetivo de estudo devido ao nosso recorte temporal e ao interesse investigativo pelas políticas nacionais.

4. Análise comparada entre as políticas educativas nacionais para integração das TIC: Brasil e Espanha

A análise comparada dos objetivos é um fator determinante para entender os sentidos das políticas educativas para integração das TIC. Para análise dos objetivos dessas políticas, consideramos em Osuna (2010) que elas nascem com o objetivo de influenciar à sociedade e com a finalidade de atuar sobre as necessidades e problemas detectados, buscando provocar um impacto ou mesmo uma mudança na realidade. Portanto, torna-se necessário a instalação de um mecanismo baseado na definição e articulação de um conjunto de objetivos e a aplicação de uma série de instrumentos.

Assim, buscamos compreender através dos objetivos o sentido das políticas educativas para integração das TIC no Brasil e na Espanha, identificando se os objetivos propostos apontam para políticas estratégicas ou operativas, ou para ambas, com base na classificação proposta por Valverde *et al.* (2009), que afirma que quando não existe uma estratégia fundamentada para guiar o processo de integração educativa das TIC na educação, então a política educativa é unicamente operativa, ou seja, uma política técnico-centrica, preocupada apenas em promover a aquisição de equipamentos. Nesse sentido os autores afirmam a importância da presença da duas políticas.



MAPA CONCEITUAL 2: *Objetivos das Políticas educativas para integração das TIC-pontos convergentes e divergentes (Autor da investigação, 2016).*

No Mapa conceitual 2, evidenciamos os pontos convergentes relacionados aos objetivos das políticas educativas para integração das TIC no contexto brasileiro e espanhol.

Como podemos visualizar no Mapa conceitual 2, identificamos que os objetivos das políticas educativas nacionais para integração das TIC no Brasil e na Espanha apresentam pontos convergentes relacionados à intencionalidade de integração de ambos os países à sociedade da informação, voltados para as escolas públicas, reconhecendo a importância de oferecer uma infraestrutura adequada, como hardware, software, banda larga com internet sem fio para a eficácia do processo de integração das TIC na escola, com ampliação dos programas para a zona rural e preocupação com o risco da exclusão digital, com foco em coletivos como: deficientes e idosos.

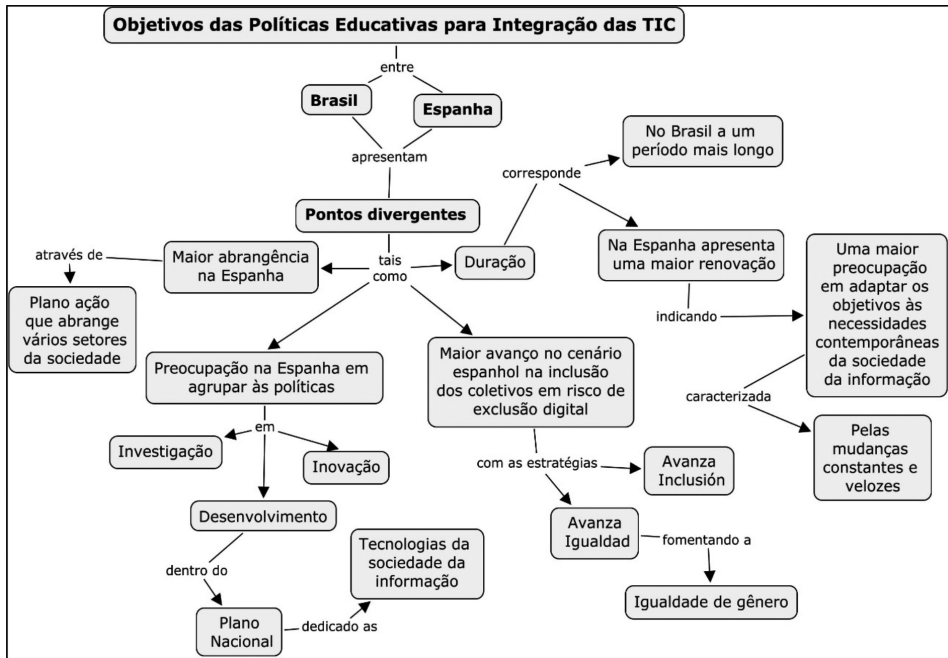
Os objetivos convergem também no entendimento da importância da formação dos professores, na construção e disponibilização de conteúdos digitais na internet para professores, alunos e também para a comunidade, assim como, na busca pela inovação educativa com vista à melhoria da qualidade da educação e, no alinhamento com a lógica do mercado, voltados para o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico, sem uma preocupação com o desenvolvimento tecnológico sustentável, ou seja, a necessidade de um mundo ecologicamente sustentável defendido por Hernández Díaz (2014). Para o autor a educação é o pilar fundamental na aposta pelo desenvolvimento de um mundo habitável, sustentável e harmonioso, no qual os homens utilizam os recursos, a exemplo das TIC, porém, de forma honesta, ou seja, levando em consideração a existência das reais necessidades.

Identificamos também a presença tanto de políticas operativas quanto de políticas estratégicas na redação das políticas educativas e programas para integração das TIC no Brasil e na Espanha, com uma presença mais marcante da política operativa nos programas PROINFO (Brasil) e Internet en la escuela (Espanha) e a presença da política operativa e estratégica nos programas PROINFO Integrado (Brasil), Educación.es, Internet em el aula e Escuela 2.0 (Espanha).

Por outro lado, Valverde *et al.* (2009), baseados em vários estudos de campos, assinalam que existe uma preponderância de políticas operativas frente às políticas estratégicas na prática no contexto Espanhol. Tratando sobre o Brasil, Bonilla e Pretto (2000) apontam que pesquisadores tem criticado o tecnicismo federal e às pressões internacionais e nacionais, relacionado ao que Moraes (1995:23) define como «vender pacotes educativos computacionais». Com isso, haveria uma maior valorização do aspecto mercantil frente ao pedagógico e preocupação em equipar as escolas com as ferramentas pedagógicas, constituindo-se assim uma maior presença na prática de políticas operativas.

Entretanto, cabe ressaltar que não foi o objetivo dessa investigação analisar as práticas pedagógicas e sim as políticas educativas em seu formato documental, por isso não aprofundamos essa questão. Por outro lado, assinalamos a importância de futuras investigações que busquem conhecer a operacionalização dessas políticas no contexto escolar e o nosso interesse em aprofundá-las.

No Mapa conceitual 3, evidenciamos os pontos divergentes relacionados aos objetivos das políticas educativas para integração das TIC no contexto brasileiro e espanhol.



MAPA CONCEITUAL 3: *Objetivos das Políticas educativas para integração das TIC-pontos divergentes (Autor da investigação, 2016).*

Verificamos também a presença de pontos divergentes relacionados aos objetivos na comparação entre o Brasil e a Espanha. Desse modo, constatamos que na Espanha os objetivos são mais abrangentes, envolvendo outras áreas além da educação, com maior avanço na área da inclusão dos coletivos em risco de exclusão digital, inclusive, tratando sobre a desigualdade de gênero no acesso à sociedade da informação, com a criação de programas específicos.

Constatamos também como ponto divergente a duração a que estão destinados os objetivos, sendo no Brasil com uma duração mais longa no comparativo com a Espanha, que apresenta uma maior renovação dos mesmos. Com isso, podemos assinalar que existe no cenário espanhol uma maior preocupação em adaptar os objetivos às necessidades contemporâneas da sociedade da informação, mantendo-os ajustados as demandas que mudam constantemente. Nesse sentido, Santaella (2010) considerando esse processo de mudanças na contemporaneidade, afirma que a única certeza que devemos ter do futuro é que ele será cada vez mais diferente e que essas mudanças serão cada vez mais velozes.

A Espanha, divergente do Brasil, traz tipificado em seu marco a preocupação em adotar medidas concretas para agrupar as políticas públicas de investigação, desenvolvimento e inovação (I+D+I), dentro de um Plano Nacional dedicado às Tecnologias da sociedade da informação.

Assim, com a análise comparada dos dados, verificamos que os objetivos das políticas educativas para integração das TIC em ambos os países estão alinhados para

a qualidade da educação pela lógica do mercado, direcionados para o crescimento econômico, seguindo assim as recomendações de organismos internacionais, como as agências multilaterais e os órgãos políticos da União Europeia.

Portanto, verificamos que as políticas educativas para integração das TIC em ambos os países se distanciam da concepção de Aristóteles (1998) de uma política voltada para felicidade individual e coletiva do homem e de uma política voltada para a emancipação individual, coletiva, nacional e mundial defendida por Ianni (1997).

Assim como, o distanciamento da ideia de uma consciência cívica terrena defendida por Morin (2011), que trata a respeito da responsabilidade e solidariedade com os filhos do planeta terra, seguindo, portanto, em direção a interesses com mais conotações neoliberais e a subordinação dos Estados aos interesses e ações pontuadas pelas organismos internacionais, conforme sinalizado por Santos (2005), como requisito para que esses países continuem a se beneficiar de seus empréstimos e investimentos internacionais.

5. Considerações finais

Através da análise comparada dos objetivos emergimos na essência dessas políticas, passando a compreender seus sentidos e direcionamentos e identificando pontos convergentes, de natureza macro, a saber: integração à sociedade da informação, desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico alinhado a lógica do mercado. E também pontos mais específicos, tais como: preocupação em oferecer uma infraestrutura adequada, na ampliação para zona rural, preocupação com a exclusão digital, entendimento da importância da formação dos professores, a construção e disponibilização de conteúdos digitais online e a qualidade da educação.

Verificamos também que a Espanha, divergente do Brasil, traz uma preocupação em adotar medidas concretas para agrupar as políticas públicas I+D+I, dentro de um Plano Nacional dedicado as tecnologias da sociedade da informação. Compreendemos que esse agrupamento e articulação tornam-se fundamentais para o processo de integração das TIC na escola, portanto, jugamos importante que o Brasil atente para a relevância desse agrupamento desde a redação do marco na área, levando à prática as ações decorrentes desse processo de articulação. Nesse sentido, a partir dos pontos divergentes, percebemos que o Brasil necessita avançar em alguns aspectos comparados a Espanha, considerando suas próprias especificidades e contexto.

Ainda em relação aos objetivos, verificamos que nas redações das políticas educativas para integração das TIC no Brasil e na Espanha, existe a presença de políticas estratégicas e operativas, ou seja, uma preocupação não somente em equipar as escolas com tecnologias, mas também, com a formação e motivação para o uso pedagógico das tecnologias, com o incentivo a práticas que permitam a melhoria do processo de ensino-aprendizem a partir das integração das TIC.

Nesse processo, devemos considerar também o interesse do mercado em tornar a escola seu principal cliente, por isso, torna-se imperativo o desenvolvimento de políticas operativas aliadas a políticas estratégicas, para que tenhamos um processo de integração das TIC na escola de forma coerente, crítico e pedagogicamente adequado, não aderindo ao modismo social através da pressão do mercado ou mesmo caindo em um tecnicismo pedagógico.

Portanto, é fundamental considerar na formulação dos objetivos das políticas educativas para integração das TIC na escola que o uso dessas em si, não trará um processo de inovação, mas sim, o uso pedagógico que podemos fazer dessas ferramentas aliado a concepções progressistas e metodologias ativas, avaliando sempre o seu valor pedagógico para cada contexto escolar, na busca da melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES (1998) *Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2.^a ed. Martins Fonte. São Paulo.
- AZEVEDO, J. (2007) *Sistema Educativo Mundial: Ensaio sobre a regulação transnacional da educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- BADIE, Bertrand e HERMET, Guy (1993) *Política comparada*. México: FCE.
- BITTENCOURT, J. M. V. (2011) *Uma análise comparada das políticas de alimentação escolar na Bolívia, no Brasil e no Chile*. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33672/000789407.pdf?sequence=1>.
- BONETI, L. W. (2007) *Políticas Públicas por dentro*. 2.^a ed. Ijuí: Ed. Unijuí.
- BONILLA, H. S. e PRETTO, N. L. (2000) *Políticas Brasileiras de Educação e Informática*. Universidade Federal da Bahia: http://www2.ufba.br/~bonilla/politicas.htm#_ftn7.
- CANÁRIO, R. (2006) A escola e a Abordagem Comparada. Novas realidades e novos olhares. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, n.º 1, 27-36. <http://sisifo.fpce.ul.pt/>.
- CARDOSO, E. C. S. e GUIZZARDI, R. S. S. (2008) *Alinhando Análise de Objetivos e Modelagem de Processos: uma Experiência em um Ambiente de Saúde*. Universidade Federal do Espírito Santo: <http://www.inf.ufes.br/~rguizzardi/publications/cardoso-guizz-WBPMo8.pdf>.
- GARCÍA-VALCÁRCCEL, A. y MARTÍN DEL POZO, Marta (2016) ¿Se sienten preparados los graduados en maestro de primaria para afrontar la profesión docente? *Bordón. Revista de Pedagogía*, vol. 68, n.º 2. Sociedad Española de Pedagogía.
- HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. (2014) Educación Ambiental y vida sostenible en la Historia. In J. M. HERNÁNDEZ DÍAZ (coord.) e J. L. HERNÁNDEZ HUERTA (ed.) *Historia y Presente de la Educación Ambiental. Ensayos con perfil iberoamericano*. Salamanca: Fahrenheit.
- IANNI, O. (1997) *Teorias da Globalização*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- KRAWCZYK, N. R. e VIEIRA, V. L. (2003) Estudos comparados nas análises sobre política educacional da América Latina. In N. R. W CZYK e L. E. WANDERLEY (orgs.) *América Latina: Estudos e reformas numa perspectiva comparada* (pp. 113-135). São Paulo: Cortez editoras/Puc-Sp.
- MARK, M.; GREENE, J. e SHAW, I. (2006) Introduction. The evaluation of policies, programs and practices. In I. SHAW, J. GREENE e M. MARK (eds.) *The Sage Handbook of Evaluation*. London: Sage.
- MAUÉS, Olgaísa Cabral (2006) *A Reforma da Educação Superior e o Trabalho Docente*. VI Seminário da Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- MILLER, D. (1989) *Enciclopedia del pensamiento político*. Madrid: Alianza Editorial.
- MORAES, R. A. (1995) *Educação, Informática e Sociedade: o processo de informatização do ensino público no Brasil*. In VI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. 15-26. Florianópolis.
- MORIN, Edgar (2011) *Os setes saberes necessários à educação do futuro*, 2.^a ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- NUSSBAUM, M. (1990) *Perceptive equilibrium: Literary theory and ethical theory*. In *Love's Knowledge*. Essays on Philosophy and Literature. 261-285. Oxford University Press. Nueva York.

- OSUNA, J. L., e. a. (2010) Los niveles de evaluación y seguimiento de la formación: calidad vs. Política. *Revista Fuentes*, 10, 101-122.
- SANTAELLA, L. (2010) *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus.
- SANTOS, B. S. (2005) Os processos da globalização. In B. S. SANTOS (org.) *A Globalização e as Ciências sociais*, 3.^a ed. (pp. 25-102). São Paulo: Cortez.
- SILVA, J. M. (2000) Políticas públicas e cotidiano escolar: mudanças que acontecem e perduram. In J. M. SILVA (org.) *Os educadores e o cotidiano escolar*. Campinas: Papirus.
- SOBRAL, M. N. (2013) Estudos comparativos em educação: análise de discurso em Foucault. *Revista Metáfora Educacional* (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 15, 171-184. Feira de Santana. <http://www.valdeci.bio.br/revista.html>.
- TEIXEIRA, V. L. (2009) *A formação continuada de professores na rede municipal de educação de niterói: desafios para a construção de uma política pública*. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/vania%20laneuville.pdf.
- VALVERDE, J.; GARRIDO, M. C. e SOSA, M. J. (2009) Políticas educativas para integración de las TIC en Extremadura y sus efectos sobre la innovación didáctica y el proceso enseñanza-aprendizaje: la percepción del profesorado. *Revista de Educación*, 352, 99-124: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re352/re352_05.pdf.
- WOLFF, F. (1999) *Aristóteles e a política*. São Paulo: Discurso Editorial.

Fontes documentais

- Brasil (1997) *Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)*. Brasília, Distrito Federal: Ministério de Educação. Secretaria de Educação a Distância. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo_diretrizes1.pdf.
- Brasil. Ministério de Educação (2002) *TV Escola: Relatórios 1996-2002*. Brasília, Distrito Federal. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/relatividades/TVEscola19962002.pdf>.
- Brasil. Ministério da Educação (2005) *Projeto Básico. Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação*. Brasília, Distrito Federal.
- Brasil. Ministério da Educação (2007) *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília.
- Brasil. Lei do ProInfo. Decreto n.º 6.300, de 12 de dezembro de 2007. *Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo*. Brasília, Distrito Federal. https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00006300&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sgl_orgao=NI.
- Brasil. Ministério da Educação. FNDE. *Programa de Formação Continuada Mídias na Educação*. Resolução, n.º 64, de 13 de Dezembro de 2007. Brasília, Distrito Federal. https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=0000064&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC.
- Brasil. Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010. Programa Um Computador por Aluno – PROUCA. Ministério da Educação. Brasília, Distrito Federal. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12249-11-junho-2010-606678-norma-606678-pl.pdf>.
- Brasil (2010) Informativo: Informações sobre o Programa Banda Larga nas Escolas, listagem de previsão de instalação do 2.º trimestre de 2010. Coordenação Programa Banda Larga nas Escolas. Ministério de Educação. Secretaria de Educação a Distância.
- Espanha. Ministério de Indústria, Energia e Turismo - MINETUR (2001) Comisión Interministerial de la Sociedad de la Información y las Nuevas Tecnologías. Info XXI. *La sociedad de la información para todos*. Iniciativa del gobierno para el desarrollo de la sociedad de la información. DOC.CISI/99/4FIN. <http://www.internautas.org/documentos/infoxxi.pdf>.

- Espanha. Comisión Soto (2003) *Aprovechar la oportunidad de la sociedad de la información en España*. Madrid: Ministerio de Ciencia y Tecnología.
- España. Ministerio de Ciencia y tecnología - MCT (2004) *España.es - Programa de Actuaciones para el Desarrollo (2004-2005)*. http://campus.usal.es/~derinfo/derinfo/Espana.es/espana_es.pdf.
- Espanha. Informe (2008) *Plan avanza: telecomunicaciones y sector audiovisual*. Políticas de fomento de la sociedad de la información. Ministerio de Industria, Turismo y Comercio.
- Espanha. Boletín Oficial del Estado (2009) *Plan Avanza II*: <https://www.boe.es/boe/dias/2009/02/18/pdfs/BOE-A-2009-2786.pdf>.
- Espanha. Ministerio de Industria, Turismo y Comercio – MITC (2009) *Plan Avanza II*. [http://www.agendadigital.gob.es/agenda-digital/planesanteriores/descargasPal%20Avanza/2.%20Balance%20actuaciones%20\(2008\)/balance-actuacionsSetsi.pdf](http://www.agendadigital.gob.es/agenda-digital/planesanteriores/descargasPal%20Avanza/2.%20Balance%20actuaciones%20(2008)/balance-actuacionsSetsi.pdf).
- Espanha. Ministerio de Educación – MEC (2009) *Escuela 2.0*. <http://www.ite.educacion.es/es-cuela-20>.